

RECURSO ESPECIAL Nº 1.869.655 - RJ (2020/0078346-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **LIGHT ENERGIA S/A**
RECORRENTE : **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A**
ADVOGADOS : **SACHA CALMON NAVARRO COELHO E OUTRO(S) -**
RJ112794
ALEXANDRE TEIXEIRA JORGE - RJ186025
GABRIEL PRADO AMARANTE DE MENDONCA - RJ164897
MISABEL DE ABREU MACHADO DERZI - RJ112793
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

EMENTA

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. RESTABELECIMENTO DE ALÍQUOTA DE PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA MEDIANTE DECRETO DO PODER EXECUTIVO. QUESTÃO CONSTITUCIONAL PREJUDICIAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA 939. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA OS FINS DOS ARTS. 1.040 E SEQUENTES DO CPC/2015 E SOBRESTAMENTO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial manejado por LIGHT ENERGIA S/A e OUTRA contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região que, por unanimidade, negou provimento ao apelo, concluindo pela legalidade do Decreto nº 8.426/2015 que, com base no art. 27, § 2º, da Lei nº 10.865/2004, revogou o Decreto nº 5.442/2004, restabelecendo a alíquota de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

Nas razões recursais as recorrentes alegam, em síntese, a impossibilidade de as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS serem reduzidas e restabelecidas por regulamento infralegal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei n. 10.865/2004, sob pena de ofensa ao art. 97 do CTN. ambém, de afronta ao

Requerem o conhecimento e o provimento do recurso especial.

Contrarrazões às fls. 278-283 e-STJ.

Recurso extraordinário interposto e sobrestado na origem.

Admitido o recurso especial na origem subiram os autos a esta Corte e vieram-me conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*”.

A questão objeto do presente feito e do recurso extraordinário interposto na origem (Tema 939 – possibilidade de as alíquotas da contribuição ao PIS e à COFINS serem reduzidas e restabelecidas por regulamento infralegal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei n. 10.865/2004) teve a repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no RE n. 1.043.313/RS, Relator o em. Ministro Dias Toffoli.

Nesse contexto, reconheço que a existência de recurso extraordinário que trata

Superior Tribunal de Justiça

do mérito da matéria acima identificada é prejudicial à análise do recurso especial de mesmo objeto, razão pela qual os autos deverão retornar ao Tribunal de origem para que lá seja realizado o juízo de conformação com o precedente obrigatório da Suprema Corte, na forma dos arts. 1.040 e seguintes do CPC/2015.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, DETERMINO a devolução dos autos à origem, com a respectiva baixa na distribuição, para os fins dos arts. 1.040 do CPC/2015, bem como para o sobrestamento do presente recurso até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o precedente do STF.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator